

Ajustes no orçamento do governo federal

Entre as medidas anunciadas está o fim da desoneração da folha de pagamentos, onerando vários setores da Indústria e dos Serviços em R\$ 4,8 bilhões.

Atividade industrial gaúcha volta crescer em fevereiro

A indústria gaúcha passa por um período de transição de uma longa trajetória recessiva para uma de estabilidade.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Ajustes no orçamento do governo federal

Entre as medidas anunciadas está o fim da desoneração da folha de pagamentos, onerando vários setores da Indústria e dos Serviços em R\$ 4,8 bilhões.

Ainda no mês passado, o governo federal anunciou medidas para cobrir o rombo equivalente a R\$ 58,2 bilhões no orçamento de 2017. Antes de entrar no detalhamento das ações e na discussão dos impactos para a indústria, é importante entender os motivos que acarretaram essa decisão.

Ainda em 2016, o Executivo estabeleceu que a meta de déficit primário (que não leva em consideração o pagamento dos juros da dívida) para 2017 seria de R\$ 139 bilhões. Essa projeção, no entanto, tinha como hipótese subjacente o avanço de 1,0% do PIB na comparação com o ano passado.

A revisão do número esperado para o crescimento da economia brasileira para 0,5%, em linha com a mediana das expectativas de mercado do Relatório FOCUS, do Banco Central (0,41%), gerou queda nas estimativas para a arrecadação de impostos. Tal fato se deve à relação pró-cíclica entre nível de atividade e as receitas do governo: quando o primeiro encolhe, é natural que a segunda também siga o mesmo movimento, e vice-versa. Além disso, a mudança no entendimento jurídico por parte do STF, que causou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS das mercadorias nacionais, contribuiu para a geração da lacuna fiscal.

Para cumprir a meta foram determinados cortes de R\$ 42,1 bilhões pelo lado da despesa, sendo: (i) R\$ 10,5 bilhões de emendas parlamentares (obrigatórias e não obrigatórias), (ii) R\$ 10,5 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), (iii) R\$ 20,1 bilhões de cortes nos gastos dos demais órgãos do Executivo e (iv) R\$ 600 milhões de outros poderes.

Já pelo lado da receita são R\$ 16,1 bilhões: (i) R\$ 10,1 bilhões com a venda de quatro hidrelétricas que pertenciam a Cemig e foram reintegradas ao patrimônio da União, (ii) R\$ 1,2 bilhão a partir da cobrança do Imposto de Operações Financeiras (IOF) nas operações das cooperativas de crédito e (iii) R\$ 4,8 bilhões com a fim da desoneração da folha de pagamentos das empresas.

Esse último ponto é, sem sombra de dúvidas, o que tende a gerar o maior efeito sobre os serviços e a indústria. Ao todo, 50 subsetores serão afetados, mas Construção Civil, obras de infraestrutura, metrô, trens, transporte rodoviário e comunicações ficaram de fora, pois, segundo representantes da administração estatal, são “vitais para a manutenção de empregos”.

O fim da desoneração da folha de pagamentos é mais prejudicial para dois tipos de ramos do setor secundário. O primeiro diz respeito às categorias intensivas em mão de obra (ou que pagam grandes salários). Outro tipo de segmento que deverá perder

competitividade é o exportador, pois a contribuição sobre o faturamento não incidia sobre o valor das exportações. Esse é um ponto importante dentro do atual contexto, pois o setor externo é uma importante válvula de escape para a retomada da economia quando crises atingem o mercado interno.

A indústria de transformação gaúcha tende a ser relativamente mais prejudicada em comparação com os demais estados, dada sua maior abertura comercial. O cálculo do valor exportado (convertido em reais) como proporção do receita líquida de vendas do setor mostra que 14,9% do faturamento do segmento derivou das vendas externas em 2014 (último dado disponível), valor maior em comparação com a média do Brasil: 13,3%. Todavia, é importante dizer que os impactos podem variar muito, inclusive, para empresas dentro de um mesmo setor, dependendo da combinação entre capital e trabalho e do peso dos embarques na composição dos seus rendimentos totais.

O governo também anunciou na sexta-feira que o déficit primário esperado para o Setor Público (União, estados e municípios) em 2018 será maior do que o previsto anteriormente: R\$ 131,3 bilhões (1,8% do PIB) contra R\$ 79 bilhões (1,1% do PIB). O motivo, mais uma vez, é a frustração esperada da arrecadação. Tal fato acende a luz amarela com relação ao aumento de impostos para o setor produtivo no futuro.

Resta evidente o caráter bastante gradualista do ajuste fiscal. Se, por um lado, o governo evita onerar ainda mais a sociedade para não deprimir a atividade econômica, por outro tem dificuldades para enxugar a máquina pública. Quanto maior é a demora em entregar uma solução consistente para melhorar o resultado primário, maior é a desconfiança por parte dos investidores com relação à capacidade de solvência do Brasil, reduzindo o fluxo de recursos para o país e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

É necessário, portanto, que o Brasil promova ajustes significativos urgentes no tamanho do Estado para que as despesas caibam nas receitas. A indústria vive a crise mais intensa em pelo menos 70 anos, de tal modo que o PIB da Transformação caiu 21,5% entre 2014 e 2016 no RS e 19,1% no Brasil. O fim da desoneração da folha de pagamentos deverá atrasar ainda mais a recuperação do segmento, que antes mesmo do anúncio, já se imaginava lenta e gradual. Além de seguir com a agenda de reformas no campo microeconômico, que buscam a maior eficiência econômica, o governo deve aprovar mudanças na Previdência, garantindo sustentabilidade e previsibilidade ao sistema, evitando que o fardo recaia mais uma vez sobre o setor produtivo.

Atividade industrial gaúcha volta crescer em fevereiro

A indústria gaúcha passa por um período de transição de uma longa trajetória recessiva para uma de estabilidade.

A atividade industrial gaúcha voltou a crescer em fevereiro, após queda em janeiro. O Índice de Desempenho Industrial gaúcho (IDI/RS) registrou alta de 3,0%, nos dados com ajuste sazonal, ante o mês anterior. Desde outubro do ano passado quando atingiu seu piso histórico. Após três anos de queda, a atividade industrial no estado vem alternando movimentos de altas e baixas. Ainda não há uma tendência de crescimento definida na margem, o quadro segue de estabilidade.

Com exceção da massa salarial real (-0,7%), todos os indicadores que compõem o IDI/RS cresceram em fevereiro relativamente ao mês anterior, na série livre de influências sazonais. O faturamento real e as compras industriais, ambos com 3,9% de crescimento, foram os que exerceram as maiores influências no mês. As horas trabalhadas na produção e a utilização da capacidade instalada (UCI) aumentaram 0,9% e 0,2 ponto percentual (para 79,0%), respectivamente. O emprego, por sua vez, também voltou a crescer: +0,4%.

Em bases anuais, porém, o cenário ainda é negativo. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o IDI/RS apresentou em fevereiro a 36ª queda seguida: -2,8%. Nos dois primeiros meses de 2017, o índice acumulou perda de 2,6% na comparação com o mesmo período de 2016.

A redução da atividade no primeiro bimestre do ano foi puxada por quase todos os componentes do IDI/RS. A exceção foi a UCI, que ficou estável com um grau médio de 77,1%. O faturamento real e as compras industriais recuaram 4,1% e 3,8%, respectivamente, enquanto as horas trabalhadas na produção registraram baixa de 3,5%. No mercado de trabalho da indústria, a massa salarial real recuou 3,3% devido, principalmente, ao menor nível de emprego (-2,3%).

Dos 17 setores pesquisados, 11 iniciam o ano registrando retração da atividade. Veículos automotores (-7,9%), Alimentos (-3,9%) e Tabaco (-18,8%) exerceram as maiores influências negativas na formação da média da indústria no primeiro bimestre. Os destaques positivos foram os setores de Produtos de Metal (+3,1%) e Couros e calçados (+2,4%).

A indústria gaúcha passa por um período de transição de um longo ciclo recessivo para uma trajetória de estabilidade nos últimos meses, ainda que em níveis muito baixos. Nessa fase de melhora relativa, as boas notícias no campo econômico – como a redução dos juros e da inflação e a tímida volta da geração de empregos – a impulsionam a confiança dos empresários, mantendo a perspectiva de recuperação do setor nos próximos meses. A consolidação desse processo, que deverá der muito lento e gradual, visto que a demanda doméstica continua em declínio, requer também a aprovação das reformas estruturais e do ajuste fiscal, gerando um ambiente propício à volta do crescimento sustentável do país, dos investimentos e do emprego.

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul

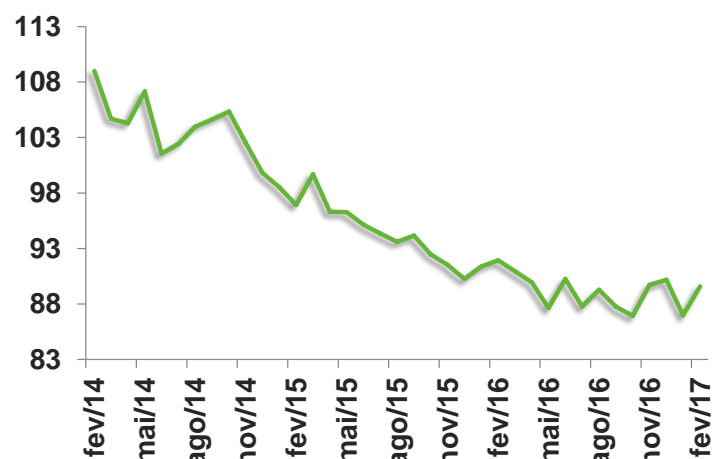
(Variações em % – fevereiro de 2017)

	Variação %		
	Mês*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	3,0	-2,8	-2,6
Faturamento real	3,9	-1,8	-4,1
Horas Trabalhadas na produção	0,9	-3,6	-3,5
Emprego	0,4	-2,0	-2,3
Massa salarial real	-0,7	-4,2	-3,3
Utilização da capacidade instalada	0,2	-0,7	0,1
Compras Industriais	3,9	-5,9	-3,8

* Dessazonalizado

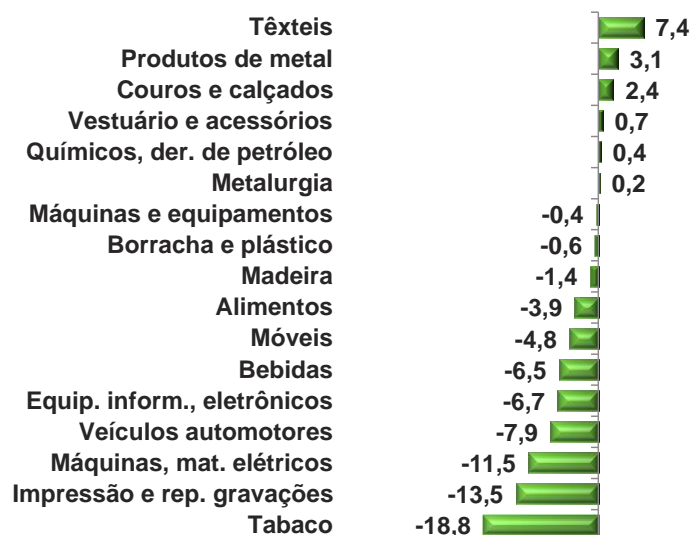
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS

(Índice de base fixa mensal – Média de 2006 = 100)



Índice de Desempenho Industrial – Setores

(Variação acumulada no ano – fevereiro de 2017 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.